

Sexta-Feira, 01 de Novembro de 2024

## **Abilio conta com emendas da AL para investimentos em obras**

### **Ajuda da Assembleia Legislativa**

Da assessoria

O prefeito eleito de Cuiabá, deputado federal Abilio Brunini (PL), declarou que espera contar com emendas parlamentares dos deputados estaduais para vir a concluir obras como o contorno leste, mercado do porto e também para investir em educação, saúde e obras de asfalto nos bairros.

A declaração foi dada na noite de quinta-feira (31) no programa “Roda de Entrevista” exibido pela TV Mais.

Abilio lembrou que no primeiro turno da campanha eleitoral, a maioria dos 24 deputados estaduais de Mato Grosso manifestaram apoio irrestrito ao candidato derrotado Eduardo Botelho (União Brasil) assegurando a destinação de investimentos.

Agora, espera que o mesmo ideal seja mantido após a confirmação de sua vitória nas eleições de domingo (27), no segundo turno da eleição municipal, com 171.324 votos.

“Nós temos 24 deputados estaduais. E cada um se comprometeu a enviar R\$ 5 milhões se o Botelho fosse eleito. Espero que todos continuem com esse propósito e mandem recursos para Cuiabá. Será necessário para construir o bem estar do povo”, declarou Abilio.

O prefeito eleito de Cuiabá avalia que é necessário o aporte de emendas parlamentares no orçamento para patrocinar projetos dos quais considera essenciais a população.

“Quero concluir as obras do Mercado do Porto, retomar obras em unidades de saúde e melhorar a estrutura das escolas. Ainda tem obras de asfalto nos bairros Jardim Mossoró, Jardim Umuarama, Novo Paraíso. A receita de Cuiabá tem crescido anualmente uma média de 18%. Com as emendas parlamentares, conseguiremos avançar naquilo que o povo precisa”, afirma.

Negativa a empréstimo de R\$ 139 milhões

Durante a entrevista, Abilio reforçou sua defesa para a Câmara Municipal de Cuiabá rejeitar o pedido do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) que autoriza o município a contrair um empréstimo de R\$ 139 milhões junto ao Banco do Brasil.

“Não há segurança jurídica e orçamentária para aprovação de um empréstimo desta natureza quando se está a dois meses da conclusão de mandato da atual gestão”, disse.

Atualmente, o pedido de empréstimo feito pela atual gestão está suspenso por ordem do TCE (Tribunal de Contas do Estado) que identificou violações à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).